

CAPÍTULO 24

OUTRAS PÁGINAS DE CLIO: HISTÓRIA E RELIGIOSIDADES NA COLEÇÃO *MULTIVERSOS* (PNLD 2021)²⁷

Pedro Pio Fontineles Filho
Rodrigo Coutinho Lopes

RESUMO

Destaca-se que o objetivo geral desta pesquisa visa compreender como a religião e religiosidade são abordadas no livro didático do ensino médio, para área de História (PNLD 2021) partindo de uma investigação a respeito do edital do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2021, da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e a Lei N° 9.394 de 1996. Os objetivos específicos são: discutir sobre as políticas de avaliação e seleção do Programa Nacional do Livro Didático; pensar como as orientações da Legislação Educacional brasileira vigente são incorporadas na escrita do livro didático para a área de História; inferir sobre as interconexões entre História e Ciências Sociais, na perspectiva da interdisciplinaridade e suas possibilidades para o estudo da história das religiões e religiosidades; analisar os percursos históricos das práticas religiosas no Brasil no livro didático da área de história, por meio da pluralidade religiosa brasileira e as questões de identidades; refletir sobre a história das religiosidades brasileiras a partir das matrizes indígenas e afro-brasileiras. O aporte teórico-metodológico contempla algumas linhas de discussão, onde a primeira está relacionada a História, Ensino de História e Livro Didático e os autores que farão parte dessa abordagem são: Ana Maria Monteiro (2014), Thais Lima e Fonseca (2011), Sônia Miranda e Tania de Luca (2004) e Circe Bittencourt (1998). Outra linha está diretamente ligada aos debates das relações entre História e Religião, recorrendo a autores como Rocha (2016), Emerson Giumbelli (2010), Cunha (2017) e Garrido (2012). Constata-se inicialmente que nas dimensões da História e Religião há uma falha crítica: as religiões afro-brasileiras são pouco trabalhadas. Metodologicamente, a pesquisa se constitui como qualitativa, realizando análise dos livros da coleção, bem como da legislação educacional relativa ao livro didático. Considera-se, de maneira parcial, que podem surgir muitos levantamentos importantes e que servirão tanto para trabalhos futuros quanto para nortear um desenvolvimento mais fundamentado a respeito das religiões e religiosidades no ensino na área de História.

PALAVRAS-CHAVE: História. Ensino de História. Religião. Religiosidade. PNLD.

1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa foi concebida para analisar o ensino de história nas escolas públicas do Estado do Piauí, mais especificamente como as religiões e religiosidades são abordadas no “livro didático de história”²⁸ da coleção *Multiversos*, dos autores Alfredo Boulos Júnior²⁹,

²⁷ O presente estudo é fruto do projeto de pesquisa realizado no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC/UESPI voluntário, vigência 2022-2023.

²⁸ Atualmente, de acordo com a reforma do novo ensino médio não existe mais disciplinas isoladas como ocorria anteriormente. Dentro das ciências humanas, a disciplina de história encontra-se diluída e é trabalhada de maneira interdisciplinas com as demais disciplinas que compõe o quadro dessas ciências: geografia, filosofia e sociologia. Logo podemos chamar de Livro Didático na área de História

²⁹ Segundo o site da distribuidora do material didático do PNLD 2021, FTD, Alfredo Boulos é um experiente autor de livros didáticos de História e suas obras são adotadas em todo o Brasil. Ele é doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP-SP). Lecionou nas redes pública e particular de ensino e, também, em cursos pré-vestibulares. Assessorou a Diretoria Técnica da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), do governo do Estado de São Paulo.

Edilson Adão³⁰ e Laercio Furquim JR.³¹, aprovada pelo Plano Nacional do Livro Didático - PNLD 2021³² e utilizada nas escolas públicas do Ensino Médio, em Teresina-PI.

Destaca-se inicialmente alguns conceitos que serão pertinentes e trabalhados constantemente neste estudo: religião e religiosidade. Segundo Cortela (2014, informação verbal concedida em 16/12/2014), religiosidade é uma manifestação da sacralidade da existência, uma vibração da amorosidade, enquanto para o mesmo autor, religião é a canalização “religiosidade para uma forma institucionalizada, com ritos, livros [...]” (CORTELA, 2014, informação verbal concedida em 16/12/2014). Ou seja, a religiosidade pode estar intrínseca à religião, enquanto esta pode ser entendida como um agrupamento de pessoas que se encontram em um algum local, seja estas igrejas, templos, terreiros ou qualquer outro espaço utilizado para se praticar a fé em destaque, aquela é entendida como uma manifestação, uma prática, de dogmas em que cada ser vivo pode trabalhar sua fé da maneira que quiser, sem necessariamente ter apego a nenhuma religião.

Com ciência desses conceitos, pode-se analisar e entender como está sendo trabalhado o ensino dessas religiões e religiosidades por parte dos autores responsáveis por preparar o material didático dos alunos da rede pública estadual, mais precisamente no Livro Didático com foco na área de História no Ensino Médio do Plano Nacional do Livro Didático - PNLD, adotado, como explicado anteriormente, por algumas escolas da rede pública do Estado do Piauí.

³⁰ Edilson Adão Cândido da Silva é graduado em Geografia pela USP (1994) e mestrado por ela. Sua área de atuação é em Geografia Humana e é doutorando em Geografia pelo Instituto de Geociências da Unicamp, além de atuar também em análise ambiental e dinâmica territorial. Atualmente é professor de relações Internacionais e autor de livros didáticos para o Ensino Médio e Fundamental da Editora FTD. Tem experiência na área de Geografia e Relações Internacionais, com ênfase em Geopolítica e Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: geopolítica mundial, Oriente médio, América do Sul, dinâmica territorial, redes e ensino.

³¹ Laércio Furquim Júnior é bacharel em Geografia pela USP (1996) e posteriormente, em 2004, licenciou-se em Geografia pela mesma Universidade. Em 2007 conseguiu seu título de Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Participou por 10 anos do Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental do Departamento de Geografia - USP. Trabalhou com geoprocessamento em produção cartográfica da Região Metropolitana de São Paulo. Em Educação, possui 25 anos de experiência como professor; com formação de professores; como autor de materiais didáticos de Geografia para o Ensino Médio e Ensino Fundamental; assessorou projeto de elaboração de planos de aula a nível nacional voltado para o Ensino Fundamental de acordo com a BNCC, coordenou produção objetos educacionais digitais voltados ao Ensino Básico e realiza trabalhos na área editorial. Ênfase nos seguintes temas de trabalho: território, fronteira territorial, educação e ensino de Geografia.

³² O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

Por se tratar de uma pesquisa de cunho científico e obedecendo este princípio, o recorte temporal foi de 2019 a 2023, interstício que compreende a data do lançamento do Edital e o ano final da vigência destes livros do PNDL para o Ensino Médio através do Edital de Convocação Nº 03/2019 – CGPLI. Vale ressaltar que, como a História se dá em processos, alguns avanços e recuos no recorte temporal foram feitos, conforme a dinâmica da pesquisa e das análises, para a compreensão do processo de seleção e divulgação de tais livros, por meio do Guia de Livros Didáticos, que, nesse caso específico de História do Ensino Médio, foi lançado em 2019. Já o recorte espacial será as escolas públicas do Estado do Piauí que adotaram a coleção em questão para trabalhar com seus alunos durante todo o período.

O material didático que será analisado, como dito anteriormente, pertence aos autores Alfredo Boulos Júnior, Edilson Adão e Laercio Furquim Jr. Os livros foram aprovados para comporem a lista do atual PNDL, através da Portaria Ministério da Educação - MEC nº 58, de 7 de abril de 2021 e publicada no Diário Oficial da União – DOU, no dia 8 de abril de 2021. Esta lista é composta pelos 06 (seis) volumes que algumas escolas do Estado do Piauí decidiram adotar, livros estes publicados pela editora FTD: Ciências Humanas: Ética, Cultura e Direitos; Ciências Humanas: Globalização, Tempo e Espaço; Ciências Humanas: População, Territórios e Fronteiras; Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania; Ciências Humanas: Trabalho, Tecnologia e Desigualdade; Ciências Humanas: Sociedade, Natureza e Sustentabilidade.

Com base nos referenciais teóricos, que serão apresentados no decorrer dessa introdução, a proposta deste projeto visa, de maneira mais detalhada, analisar como está sendo desenvolvido no ensino de história, as religiões e religiosidades no livro didático das escolas públicas de ensino médio do Estado do Piauí e já fornecendo um *spoiler*, constatou-se uma ausência que percorre tanto o assunto específico de religiões e religiosidades de matriz afro-indígena, quanto a diferenciação entre as disciplinas da área de humanas, visto que a interdisciplinaridade tomou conta dos livros. Dessa forma, para se aprofundar ainda mais no assunto será pertinente investigar as leis e documentos relativos à educação brasileira o que inclui a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDB e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, refletir sobre o livro didático e o pensar histórico que essa ausência atual da religião e religiosidades no material do ensino médio pode provocar nesses alunos no futuro.

Para o norteamento do presente trabalho algumas questões se fazem necessárias, como: os critérios apontados pelo Guia do Livro Didático para a Área de História são contemplados nos livros aqui pesquisados? Qual o caráter político-ideológico presente nos livros

selecionados? Qual o lugar social e institucional do(s) autor(es) dos livros didáticos? Quais as relações entre História, Religião e Religiosidade apresentadas no livro didático de História? Que religiões predominam nas obras? E como elas são abordadas? As discussões propostas no livro didático são a partir do conceito de religião e religiosidade ou somente são utilizadas como mera ilustração? Existem traços sociais, culturais e históricos a respeito das religiões? Como as religiões e religiosidades podem adentrar o saber escolar para se discutir o ensino de história das religiões brasileiras?

Além disso, ao longo do trabalho também foram feitos questionamentos para ajudar na crítica ao material. Vale destacar que o objetivo geral desta pesquisa visou a compreender como a religião e religiosidade são abordadas no livro didático do ensino médio, para área de História (PNLD 2021), e os objetivos que nascem com essa temática irão trazer todo o embasamento necessário para se fazer uma análise mais definida a respeito do objeto de estudo. Os objetivos específicos são: discutir sobre as políticas de avaliação e seleção do Programa Nacional do Livro Didático, em especial para a área de História; pensar como as orientações da Legislação Educacional brasileira vigente são incorporadas na escrita do livro didático para a área de História; inferir sobre as interconexões entre História e Ciências Sociais, na perspectiva da interdisciplinaridade e suas possibilidades para o estudo da história das religiões e religiosidades; analisar os percursos históricos das práticas religiosas no Brasil no livro didático da área de história, por meio da pluralidade religiosa brasileira e as questões de identidades; refletir sobre a história das religiosidades brasileiras a partir das matrizes indígenas e afro-brasileiras.

Como diz o historiador March Bloch (2001)³³, o ofício do historiador assume o sentido da investigação, da procura do ausente presentificando-o na narrativa histórica. Ao ser proposto o desenvolvimento deste trabalho, levou-se em consideração que é pertinente investigar como anda o ensino de história nas escolas públicas e, atrelado a isto, como as religiões estão inseridas nesses livros didáticos ao passo que o Brasil é um país multicultural e com uma, segundo Matos e Sousa (2020), vasta diversidade de religiões, haja vista que o país possui influências de uma gama de culturas provindas de diferentes partes do globo terrestre.

³³ Foi um renomado historiador francês que se destacou por ser um dos fundadores da Escola dos Annales, juntamente com Lucien Febvre. Isso se deu em 1929 com a fundação inicialmente da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale* e esta, por sua vez, vinha com um referencial de influência para muitos Historiadores e que até hoje muitos se fundamentam para o desenvolvimento das chamadas Nova História e História das Mentalidades.

A partir disso, foi fulcral compreender que a pesquisa científica não é feita sem o equilíbrio entre a base: empiria, metodologia e teoria, por isso serão feitas leituras teórico-metodológicas que contemplam algumas linhas de discussão, onde a primeira está relacionada a História, Ensino de História e Livro Didático e os autores que farão parte dessa abordagem são: Ana Maria Monteiro (2014), Thais Lima e Fonseca (2011), Circe Bittecourt (1998), Carlo Ginzburg (1991) e Júlia Silveira Matos (2012). Na segunda linha de pesquisa foi abordada a relação existente entre História e Religião e alguns autores recorridos serão Rocha (2016), Emerson Giumbelli (2010) e Cunha (2017). Constata-se que as dimensões entre História e Religião serão uma linha teórico-metodológica de discussão, pois os caminhos das análises levam em consideração a falta da apresentação de outras religiões no material didático analisado.

2. AUTORES, BNCC E PNLD 2021

O livro didático é um material utilizado por professores e alunos do ensino básico³⁴ como ferramenta de aprendizagem. Azevedo (2003) destaca que a importância desse material como principal instrumento pedagógico no processo de ensino e aprendizagem foi se solidificando ao longo dos anos, por causa de diversas circunstâncias históricas, e pode-se destacar leis, programas, autores, pensamentos, forma de escrita, todo um conjunto de saberes que são relevantes para que esse material seja de várias maneiras adequados ao seu tempo. O autor ainda confirma que no que concerne ao livro didático, é importante ressaltar que em cada momento da história foram formulados programas que atendessem necessidades específicas.

Para se desenvolver uma pesquisa científica que envolva livro didático é considerável o levantamento a respeito do material com questionamentos como “quem escreveu?”, “quais as contribuições?” “qual a formação?”, a respeito dos autores do material, uma vez que esta abordagem ajudará a entender a maneira como o livro foi pensado e escrito.

A fundação SM Educação³⁵ afirma que esses pontos de partida são importantes porque, no momento da leitura, consegue-se observar muito da formação inicial desses autores, o que pode influenciar diretamente no processo de ensino em diferentes componentes curriculares e na evolução dos estudantes.

Autores que possuam especializações em suas áreas e acima de tudo tenham entendimento no âmbito educacional são fundamentais para repassarem aos alunos o

³⁴ O ensino básico é composto pelas três séries de ensino que são: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino médio.

³⁵ Segundo Informações fornecidas pelo próprio site e em seu perfil do LinkedIn, a fundação SM Educação³⁵, na condição de que uma das “consultorias educacionais mais relevantes do país”, está no Brasil desde 2004, mas já existe há mais de 80 anos no mundo.

conhecimento necessário, visto que muitos estudam apenas pelo que anotam no caderno ou está em seu material didático, deixando a pesquisa muitas vezes de lado ou quando a fazem a realizam de maneira superficial, em *sites* como a enciclopédia online Wikipédia.

Após uma breve introdução à temática e a importância de se trabalhar os autores de uma obra didática, começa-se por Alfredo Boulos Júnior. Este é mestre em História Social pela Universidade de São Paulo, e doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) com o título de seu trabalho “A África, os africanos e seus descendentes nos livros didáticos de 3ª e 4ª série dos anos de 1969 a 2000.” com orientação de Maria Rita de Almeida Toledo.

Edilson Adão Candido da Silva é graduado em geografia pela Universidade de São Paulo de 1988 até 1994 e o título do seu trabalho de conclusão de curso é “O Estado Palestino” com orientação de André Roberto Martin. Possui o título de mestre em 2000 em geografia na área de geografia humana pela mesma universidade a qual se graduou e o seu título de defesa é: “A formação territorial do Oriente Médio”, com orientação de André Roberto Martin. Em 2019, começou seu doutorado pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, sem um título definido para a sua tese mas com orientação de Claudete de Castro Silva Vitte.

Para finalizar os autores, o currículo de Laércio Furquim Júnior, é composto por dois cursos de graduação: um de licenciatura em geografia e outro de bacharelado e ambos pela Universidade de São Paulo – USP, concluídos em 2004 e 1996, respectivamente. Em seu trabalho de conclusão de curso do bacharelado contemplou a temática da “Formação Territorial Brasileira: o poder das normas”, orientado por Maria Adélia Aparecida de Souza. Seu mestrado foi focado em Geografia Humana também pela USP, seguindo uma linha brasileira em “Fronteiras Terrestres e Marítimas do Brasil: um contorno dinâmico” e orientado por Maria Mónica Arroyo.

Sem o objetivo de julgar os autores, uma vez que não é esse o papel do historiador e como afirma Ginzburg (1991), o historiador analisa casos específicos e situações buscando suas causas naturais, ou seja, situar-se dos fatos e evidências para que assim se possa entender o caso. O historiador deve apenas mostrar os fatos como são, independente se teve consequências negativas ou positivas (seria o historiador o novo advogado do diabo para alguns?) “como o advogado, devia formular um argumento convincente comunicando a ilusão de realidade [...]” (GINZBURG, 1991, p. 343).

Antes de entrar de fato no Programa Nacional do Livro Didático, é necessário desenvolver o alicerce sobre a educação nacional e para isso a Base Nacional Comum Curricular – BNCC é o pontapé inicial, um “documento relevante, pautado em altas expectativas de aprendizagem, que deve ser acompanhado pela sociedade para que, em regime de colaboração, faça o país avançar.” Essa Base servirá com o próprio nome já diz a “base”, o alicerce, onde os autores das obras configuradas para o PNLD 2021 irão se basear para desenvolver todo o seu material didático.

Segundo o texto da própria Base, que é um extenso documento que contém todas as diretrizes básicas tanto para professores quanto gestores apresentarem aos seus alunos durante todo o percurso escolar, uma vez que ela possui:

caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de *aprendizagens essenciais* que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014, p. 7).

É válido salientar que no livro mais recente da Base, o ensino médio sofreu alterações para que seja possibilitado dar “sequência ao trabalho de adequação dos currículos regionais e das propostas pedagógicas das escolas públicas e particulares brasileiras iniciado quando da homologação da etapa até o 9º ano do Ensino Fundamental.” Esse novo ensino médio nasceu a partir da Lei nº 13.413/2017 que alterou a LDB e estabeleceu uma mudança significativa nas estruturas do ensino médio brasileiro, não só ampliando a carga horária de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022), mas também reorganizando a matriz curricular, tornando-a mais flexível tanto para professores, gestores e principalmente alunos, trazendo para estes um ensino mais direto com foco “nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional.” (BRASIL, 2021, p. 477).

Todas essas mudanças, segundo o Portal do Mec, que traz uma seção de perguntas e respostas a respeito do novo ensino médio, “tem como objetivos garantir a oferta de educação de qualidade a todos os jovens brasileiros e de aproximar as escolas à realidade dos estudantes de hoje, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade.” (BRASIL, 2021).

Com a reforma do Ensino Médio, a BNCC afirma que o novo currículo é definido tanto por ela quanto por “itinerários” ou popularmente conhecido por áreas do conhecimento e estes, por sua vez, “deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares,

conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino [...]” (BRASIL, 2021, p. 475).

É importante destacar que esses itinerários são compostos por disciplinas e por isso abordá-los para reforçar rapidamente o que compõe cada uma e em que área a disciplina de História se encontra, respectivamente. Na área das linguagens e suas tecnologias tem-se: língua portuguesa, literatura, língua estrangeira (podendo ser inglês ou espanhol), educação física, artes e tecnologias da informação e comunicação. Em matemática e suas tecnologias, apenas a matemática. Nas ciências da natureza e suas tecnologias, tem-se: química, física e biologia. E por fim, em ciências humanas e suas tecnologias: história, geografia, sociologia e filosofia.

Com essa fundamentação introdutória da Base, pode-se dar continuidade aos itinerários. Através destes, expõe-se uma maneira mais prática, direta e objetiva de ensino. A BNCC entrará em seguida com a base e, além dela, essas áreas do conhecimento agora estarão de maneira interdisciplinar, oferecendo saberes que, em tese, servirão para construir um cidadão bem-preparado para atuar no mundo globalizado.

Ao refletir a respeito dessas interdisciplinaridades, autores como Circe Bittencourt (2018) retrata as “transformações do ensino de História” e realmente observa-se com o livro didático do ensino médio, como um ensino extremamente diluído e raso de saberes históricos e para complementar a autora ainda confirma a existência de “debates importantes relacionados aos problemas epistemológicas e historiográficos”.

Outros autores como o historiador francês François Furet, critica essa mudança no ensino de História que parece acontecer no mundo como um todo. Ele considera “fundamental sua presença nos currículos ocidentais” uma vez que esta disciplina traz ao aluno e a sociedade como um todo um “sentido do progresso da humanidade” e a ela também atribuiu uma importância pedagógica por ser a “árvore genealógica das nações europeias e da civilização de que são portadoras” (FURET, 1986, p.135).

Bittencourt ainda esclarece pelo que a educação brasileira mais precisamente o ensino de História está passando e que pode se comparar “a confrontos semelhantes aos dos países europeus”, uma vez que existem problemáticas, segundo a autora, decorrentes de uma política educacional complexa que tem mantido a sociedade brasileira em constante disputa[...]” E esses embates iniciam principalmente da escola pública com um ensino problemático que apesar de existirem políticas públicas educacionais muito boas na teoria, quando se parte para a prática essas não ocorrem como deveriam.

Quanto ao PNLD, Plano Nacional do Livro e do Material Didático, este é destinado a “avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita...”. Esse material de apoio fica classificado não apenas para as redes federal, estaduais, distrital e municipais, ele foca também na área da educação infantil comunitárias, confessionais³⁶ ou, ainda, filantrópicas que não tem fins lucrativos e estão filiadas ao Poder Público.

A política do PNLD é executada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e MEC com o objetivo de servir a “estudantes, professores e gestores escolares do Ensino Médio e que estão vinculados ao ensino público” (GONÇALVES, 2020, p. 16). Esse plano traça todas as estratégias para necessárias desde a produção até a distribuição dos livros, uma vez que esta é feita de maneira particular onde as redes de ensino juntamente com suas escolas podem decidir de algumas maneiras qual material será utilizado. A distribuição pode ocorrer de maneira igual para toda a rede ou para um dado grupo escolar ou ainda manter a distribuição para cada escola, ou seja, tem-se que essa maneira de dividir o material didático pode acontecer ou de maneira unificada com a rede escolar ou por grupo de escolas que possuem liberdade de escolha ou ainda cada escola tem livre arbítrio para escolher qual obra contemplar.

Todas essas escolhas devem ser observadas com cautela. Deve-se analisar o local que esse material didático vai ser adotado, pois dessa forma é possível entender os motivos que aquela obra foi a escolhida. Qual o nível de conhecimento desses alunos de maneira geral? Eles têm um bom senso crítico? Qual obra melhor se encaixa no perfil dos alunos da escola? Como os alunos se identificam religiosamente? Acreditam ou não em algo superior? Enfim, esses são alguns modelos de perguntas que podem ser utilizadas como norteadoras para saber qual obra adotar.

Trabalhar a escolha do livro didático com atenção é um fator importante para esses jovens estudantes uma vez que esse será o alicerce deles, e para além disso, é obrigação do professor, levar conhecimento extra livros, para assim facilitar o processo de aprendizado. Oliveira traz em seu artigo “A eficiência e/ou ineficiência do livro didático no processo de ensino-aprendizagem” uma citação de José William Vesentini, o qual afirma que “O livro

³⁶ Segundo o portal Grupo CEC, Escolas Confessionais são instituições de ensino que seguem a “confissão” religiosa.

didático constitui um elo importante na corrente do discurso da competência: é o lugar do saber definido, pronto, acabado, correto e, dessa forma, fonte única de referência e contrapartida dos erros das experiências de vida.” (VESENTINI, 2007, p. 166). Uma forma arcaica de centralizar o livro. Sabe-se que o conhecimento está para além livro, este por sua vez serve apenas como base e como dito anteriormente, é dever do professor trabalhar de maneira diversificada o que ele pretende passar para os alunos.

Ainda sobre o trabalho do professor, quando se contextualiza teorias do currículo escolar, Monteiro (2014) afirma que este precisa ser pensado como espaço-tempo de produção de significados, identidades, diferença, disputas de sentidos sobre os processos e fenômenos do mundo. Então observa-se um profissional que atualmente encontra-se em um empasse: os professores ou devem formar cidadãos globalizados utilizando-se questões interdisciplinares (como propostos pela BNCC) ou formar cidadãos que tenham uma base bem estabelecida e capazes de se tornarem globalizados? Anhorn e Monteiro (2007) estabelecem um norte para essa questão ao apontarem que “é nessa confluência teórica que pensamos e operamos com o conceito de narrativa histórica, articulado com o de conhecimento escolar, como categoria de análise do conhecimento produzido no ensino de História.”

Oliveira (2014) também trabalha esta questão do material didático e afirma que até mesmo o sistema atual de “ensino-aprendizagem, é uma grande defasagem, um sistema saturado” e isso é colocado como questão da desmotivação de alunos e professores. Sua causa é o método tradicional com livros didáticos como principal fonte.

Gonçalves (2020) afirma que esse material físico “na atualidade desafia não apenas o professorado, mas a comunidade escolar como um todo” (GONÇALVES, 2020, p. 40). Sabe-se que é dessa maneira que toda essa “comunidade” se manterá atualizada “em função da busca contínua por melhorias no processo de ensino e aprendizagem.”

Por isso que o material, escolhido pelas escolas em conjunto com o corpo docente, fará a diferença na vida de cada aluno e o MEC, tendo conhecimento a respeito disso, segundo Gonçalves (2020) outro aspecto relevante [...] se dá em razão da pluralidade do ensino no Brasil, um país continental, onde apenas os próprios professores e membros das escolas são capazes de avaliar que livros atendem melhor às demandas dos Estudantes.

Por esse diapasão, é fundamental destacar o papel que a BNCC traz com todo seu alicerce da educação atual, focando nos problemas do mundo, fazendo com que os alunos observem com um olhar crítico aquilo que está para além dos saberes da sala de aula e com o

conhecimento adquirido possa trabalhar de maneira que possa contribuir de maneira eficaz nas mudanças e melhoria desses problemas. Em adição à BNCC têm-se o PNLD, que, como trabalhado neste estudo, é o material básico para professores e alunos trabalharem e estes precisam do interesse em aprender para saírem do básico e irem atrás do conhecimento mais estruturado e consolidado. Para aqueles, fica o trabalho de procurarem estratégias para engajar os alunos a buscarem esses conhecimentos.

Por fim, o conhecimento da formação e produção dos autores, bem como da legislação atinente ao livro didático, foi de suma importância para compreender inicialmente alguns pontos que serão destacados no segundo tópico deste trabalho, uma vez que será feita uma análise mais detalhada do material didático.

3. DAS RELIGIÕES ÀS RELIGIOSIDADES: DO INDÍGENA AO AFRODESCENDENTE

Os seis volumes foram analisados de forma concisa e precisa para determinar como andam as apresentações das religiões e religiosidades dos povos indígenas brasileiros e dos afrodescendentes. Como já mencionado, há uma carência de assuntos relacionados às religiões e religiosidades afro-indígenas.

Segundo Cunha (2017 *apud* MUNAKATA, 1997, p. 146) “[...] a ideologia das editoras é o mercado” uma vez que estas mesmas editoras devem realizar estudos e observar as ideologias dos seus consumidores diretos. “O livro didático é um produto da indústria editorial, uma mercadoria, e como toda mercadoria, se quer vendável para possibilitar a lucratividade” (CUNHA, 2017, p. 146). Logo pode-se imaginar que um dos motivos da carência das religiões e religiosidades afro-indígenas seja esse, a lucratividade, o capitalismo.

Para antes de apresentar os resultados, precisa-se destacar que os autores do material didático afirmam que o interesse deles para com os jovens é convidar “ao estudo de temas importantes para todos nós, como tecnologia, trabalho, sustentabilidade, globalização, geopolítica, ética, direitos humanos, valorização da cidadania.” (BOULOS; COL, 2020, p. 5) Sabe-se que isso está inteiramente ligado à BNCC, que em 2018 propôs um conjunto de competências gerais e específicas para cada área:

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2018, p. 8).

De acordo com este texto, os jovens ao saírem do Ensino Médio deverão ser capazes de atingir seu potencial para resolver problemas cotidianos tanto em suas vidas pessoais quanto no mundo do trabalho. Isso quer dizer que o novo texto da Base está apenas direcionando os alunos para solucionar as demandas complexas da vida adulta? Ignora-se toda a base de conhecimentos pertinentes à história, geografia, filosofia e sociologia ou apenas traz assuntos de maneira superficial para que o aluno não fique perdido quanto ao seu passado e ao mundo ao seu redor?

Cada livro possui uma sessão chamada de “*Conheça o Volume*” e seu conteúdo muda de volume para volume. Nela será feito um breve resumo do material pretende apresentar, destacando objetivos uma justificativa pertinente. Para exemplificar, o primeiro material apresentado foi “*Ciências Humanas: ética, cultura e direito*”, o qual conta com objetivos que passam pelo princípio da ética, envolvendo-se com a ética indígena e Ubuntu³⁷, concepções éticas desenvolvidas durante a Idade Média e Renascimento, pensar a mentalidade contemporânea partindo do Iluminismo, impactos da Revolução Francesa, direitos dos movimentos, o feminismo, demandas do público LGBTQI+ e questões de direitos e deveres no Estado. Isso foi apenas um resumo de quais os objetivos que o volume pretende trabalhar e juntamente a isso, os autores justificam a pertinências desses objetivos ao afirmarem que:

Os temas propostos neste volume visam fornecer diversos caminhos para suas reflexões sobre o mundo que o cerca com base em princípios éticos. Para isso, você vai aprender sobre os fundamentos éticos em diferentes épocas e sociedades, ampliando seu repertório sobre o assunto. Esse conhecimento é importante para que você consiga analisar e refletir sobre o passado, mas também sobre o presente (BOULOS; COL, 2020, p. 9).

Esse é uma das principais críticas desse trabalho. Os autores e até mesmo a própria proposta do Novo Ensino Médio, querem formar, pelo material didático, jovens que vão pensar e desenvolver habilidades que serão úteis para agir de maneira assertiva e respeitosa sobre temas importantes como, segundo texto dos autores do material didático, “tecnologia, trabalho, sustentabilidade, globalização, geopolítica, ética, direitos humanos, valorização da cidadania” (BOULOS; COL, 2020, p. 5). Isso, ainda segundo eles, proporcionará uma “formação global compromissada com um repertório cultural e científico amplo, com o combate ao preconceito, à violência e baseada em princípios democráticos, inclusivos e solidários”. A partir disso observa-se que esses alunos não vão aprender de maneira mais profunda temas importantes como, a exemplo da área de História, a Idade Média, História Antiga, Pré-História e até mesmo a História das Religiões. Eles ainda afirmam que “as discussões sobre a ética atingem diversos

³⁷ “O Ubuntu é uma ética e filosofia africana que propõe um modelo de sociedade mais humanizada e solidária. É também uma das muitas contribuições dos africanos de origem banto e seus descendentes para pensarmos soluções para os problemas de ordem ética no Brasil de hoje.”

campos da vida, desde as relações pessoais, passando pelas relações sociais”. Procuraram de alguma forma, misturar as disciplinas e criar uma interdisciplinaridade que, acredita-se mais atrapalhar do que propriamente formar cidadãos conscientes do seu passado, do seu povo e da sua história.

Enfim, essa discussão será trabalhada ao longo deste artigo e inicia-se com o primeiro volume e o que foi observado dele. Foi-se trabalhado com a seguinte mecânica: utilizando-se do programa *Adobe Acrobat Reader* e de sua ferramenta de busca por palavras em um texto no formato PDF, pode-se encontrar todas suas menções no texto, dessa forma a busca foi rápida e direta, sem muitas delongas. No primeiro livro, já apresentado, pode-se encontrar 18 menções da palavra “indígenas” sendo que a o termo “povos indígenas” também faz parte desta e por isso há 8 citações em comum. A outra palavra utilizada foi “indígena” com 39 menções.

Quanto ao termo “afro” utilizou-se algumas variações sendo elas “afrodescendente”, “afrodescendentes” e “afro-brasileira(o)” de já se adianta que neste material têm-se apenas uma citação para a primeira, três para a segunda e uma para a terceira. Quando se busca reforço na Lei tem-se a Lei Nº 10.693/2003 e como complemento a Lei Nº 11.645/2008, onde o ensino de cultura afro-indígena deve ser ministrado durante todo o currículo escolar, sendo incluso o ensino a respeito das religiões e religiosidades desse povo e levanta-se uma crítica quanto a isso já que a maioria dos materiais, como será visto, não exploram assuntos relacionados à cultura dos povos afrodescendentes e indígenas. Este ensino na teoria, tem como objetivo, segundo Junqueira e Custódio (2019) dar ênfase da importância e valorização da cultura afro-indígena no espaço escolar como elementos essenciais para a formação do cidadão brasileiro.

Nesse primeiro momento, resume-se essas palavras em algumas temáticas como a ética dos povos indígenas, os valores éticos destes e o respeito, racismos e pouquíssimas questões culturais. E nada relacionado à religião e muito menos religiosidade dos povos afro-indígenas. Algumas menções não foram computadas para fins de análise, visto que o material pertence ao professor e este, por sua vez, tem tanto o volume do aluno quanto o seu como material de apoio.

Existem autores que defendem a neutralidade do estado quanto à apresentação de religiões no ensino público brasileiro, visto que crenças religiosas são questões sensíveis para se trabalhar com os alunos da escola pública. De acordo com Rocha (2017 *apud* FISCHMANN, 2008; CURY, 2004, p. 88) estes defendem que a presença do Ensino Religioso no ambiente da educação pública acarreta problemas. E de fato, pode acontecer. Desenvolver métodos que abracem essa temática é importante, não com o intuito de trabalhar a metodologia de cada

religião, mas mostrar que elas existem e para além delas são seres humanos que as estão praticando e estes merecem respeito pelo seu credo.

Em conclusão, esse livro mostra-se carente de informações a respeito dos povos originários e negros africanos e que se não for pelo professor apresentar, discutir e trabalhar de maneira adequada, os alunos pouco conheceram a respeito dessa cultura rica que os indígenas e os afros podem oferecer.

Ao avançar para o segundo volume, *“Ciências Humanas: globalização, tempo e espaço”*, já filtrando apenas no material do aluno, 15 menções sobre “povos indígenas”, 107 sobre “indígenas” (e isso inclui o termo “povos indígenas”) e 33 sobre “indígenas”. Constatou-se que esse material também é falho e desprovido de riqueza científica a respeito da cultura indígena, além de apresentar zero informações sobre as religiões e religiosidades. Um ponto importante a ser apresentado é que os autores decidiram dar um enfoque mais detalhado a respeito dos primeiros povos da América espanhola como Maias, Incas e Astecas.

As menções aos povos afro ocorre sem muita diferença do que aconteceu com o primeiro material sendo limitada a apenas duas menções no material do aluno e a estas dá-se as honras aos povos afro-americanos, ou seja, negros escravizados nos Estados Unidos.

Nota-se, infelizmente, a maior valorização dos afro-americanos quando comparados aos povos indígenas brasileiros onde tem-se apenas conhecimentos políticos e históricos e ao mesmo tempo não se pode esperar muito visto que o próprio título do livro é *“Globalização, Tempo e Espaço”*. É de admirar-se caso falassem muito a respeito do que se quer encontrar, mas deixa-se uma crítica a isso, pois uma vez que é proposto trazer a globalização como temática, poderia se fazer como já citado, mostrar a importância que esse processo de globalização poderia trazer aos povos indígenas que poderiam mostrar mais de sua cultura, religião, ritos, religiosidades e o dia a dia para muito mais pessoas. E infelizmente os autores não se atentaram para trazer esse tipo de discussão e fica um questionamento: será se os professores levariam isso adiante em sala de aula?

Silva, em seu artigo “Investigação em Educação Histórica: análises da temática religião em textos didáticos de História”, traz uma passagem muito interessante, mas que depende muito mais do professor do que propriamente do livro didático. Ela afirma que:

É possível organizar didaticamente a explicação de temáticas da religião, ou das religiões, a partir de vocabulários textuais, ou conceitos e categorias, para uma “cognição histórica situada, e, assim, ensinar religião no viés de uma “literacia histórica”, como bem acentua Peter Lee (2006) (SILVA, 2012, p. 263).

Apesar da falta de conteúdos propriamente ditos, levar essas discussões para sala de aula vai tornar um aluno menos propenso a ver questões como essas, com um viés negativo, apesar de que temas como esse devem ser tratados de maneira cautelosas, uma vez que alunos e pais (e até mesmo diretores e professores), podem se sentir incomodados na maneira como elas estão sendo abordadas. Trazer seminários, palestras e realizar atividades educativas com os alunos podem ser práticas interessantes para abordar essa temática

O terceiro volume será *“Ciências Humanas: Política, Conflitos e Cidadania”*, com honrosas 113 menções à palavra “indígenas”, sendo 23 do termo “povos indígenas” e 47 de “indígena”. Ao procurar resumir este volume a respeito da temática, percebe-se que a cultura religiosa dos povos indígenas não é valorizada como deveria.

Acredita-se que por envolver política e cidadania tem-se um aumento no número de menções das palavras destacadas. Em “afrodescendente” encontrou-se seis, “afro-brasileira” sete, “afro-brasileiro” quatro e “afrodescendentes”, incríveis vinte e nove citações. E quando analisado observa-se a realidade dos assuntos voltados para a política e questões de racismo, mas infelizmente nada relacionado às religiões afro, como umbanda ou candomblé.

Custódio e Junqueira (2019) entendem questões políticas acerca do Ensino Religioso que por um lado, apesar de o Brasil ser um Estado Laico por outro o ensino das mais variadas formas de expressão religiosa faz parte da “diversidade cultural... ao trabalhar conteúdos consubstanciados sobre a cultura afro-indígena” e isso percai no quão “essencial para a compreensão das várias manifestações de vivências religiosas no contexto escolar, cujo conhecimento deve promover a tolerância e o convívio respeitoso com o diferente e o compromisso político com a equidade social no Brasil.”. Essa maneira de apresentar as religiões de maneira igual é algo que deve ser repassando para se minimizar o racismo que pessoas de religiosidades diferentes do cristão, sofrem.

Em *“Ciências Humanas: populações, territórios e fronteiras”*, têm-se 18 de “indígena”, 34 de “indígenas” e 4 sobre “povos indígenas”, mas de fato, são poucas as menções que fazem parte do material do aluno e, mais uma vez, o livro não faz nenhum tipo de referência às religiões, religiosidades ou cultura religiosa. Os autores realizam uma discussão abordando o racismo e a ideia equivocada de “raças humanas”, expondo que existiam teorias no século XIX que buscavam justificar a “superioridade” da ‘raça branca’ em relação à ‘raça negra’, à ‘raça amarela’ e aos miscigenados. Uma discussão pertinente, mas que infelizmente não cabe a este trabalho discutir.

A pesquisa pelo termo “afro” deu seis resultados. Sua variação ficou da seguinte maneira: afrodescendentes sete menções e afrodescendente uma. As discussões percorrem o campo da “inserção do negro na sociedade nacional e sua mobilidade social [...] no debate da sociedade brasileira”, ou seja, os direitos fundamentais da população afrodescendente. Em um segundo momento têm-se algumas questões sociais sobre os desafios da ascensão social da população negra, ou seja, a luta em prol dos afrodescendentes, o envolvimento da sociedade civil pela causa negra com a finalidade de reverter a situação de exclusão do negro.

No quinto volume, “Ciências Humanas: trabalho, tecnologia e desigualdade”, têm-se 16 menções aos “indígenas” sendo 4 referentes aos “povos indígenas” e apenas 4 também à “indígena” e de fato, as menções que importam se limitam a cinco, utilizadas em tabelas, povos escravizados e mestiçagem cultural. O foco deste livro é desenvolver conhecimentos que vão para o campo do trabalho, como ele está sendo visto e pensado para esse mundo mais tecnológico e que os jovens irão, um dia, se apropriar dele. Não é possível ignorar essa associação ao fato da globalização, que aí sim poderia ser mais bem desenvolvido e trabalhado com os alunos ao invés de criar um livro inteiramente focado nesse âmbito.

Sobre os povos afrodescendentes, destaca-se a palavra “afro” e variantes onde foi localizado duas menções da palavra, três de “afrodescendentes” e uma de “afrodescendente”. Para completar a análise que não foi surpreendente e nem exagerada para os limites do material, essas palavras aparecem mais vezes no material do professor e sem muitas delongas ao analisar o material do aluno constata-se que as menções fazem parte do material relacionados às competências que o volume irá abordar. Pelas competências os autores deveriam se importar em desenvolver temas relacionados, mas não o fazem, por quê?

Em “Ciências Humanas: sociedade, natureza e sustentabilidade”, como último volume estudado. Nele observa-se 55 menções de “indígenas” sendo 13 apenas sobre “povos indígenas” e quanto à “indígena” tem-se apenas 11. Isso sem contar com apenas o material do aluno. Os autores decidiram abordar os povos Emene Nawe³⁸, que são citados na página 107 e a respeito deles foi-se falado um pouco mais da cultura principalmente das religiosidades presentes como o ritual Yaokwa³⁹. E quanto a religião propriamente dita, não fazem nenhuma ligação direta.

³⁸ Povos localizados ao noroeste de Mato Grosso que vivem unicamente em uma grande aldeia próxima ao rio Iquê, afluente do Jurema.

³⁹ O ritual Yaokwa é realizado todos os anos durante 7 meses para prestar homenagem aos espíritos e garantir a ordem dos cosmos e social entre os mais diferentes clãs indígenas.

Quando se estuda esse levantamento recorre-se a Fonseca (2011) que em seu texto sobre Política, cultura e ensino de História, exemplifica como funciona esse universo cultural, onde determinadas condutas como a “ação heroica e abnegada de alguns personagens da História” são modelos moral e patrióticos já que a história brasileira (e do mundo de maneira geral) é sobre retratar de maneira perfeita os grandes e para além deles as instituições religiosas da mesma maneira, como a autora afirma ao dizer que “... o ensino de História, a par do que fazia a historiografia, trabalhava com noções e valores caros à formação cultural brasileira, de forte herança cristã, sobretudo católica.” Os materiais escolares poderiam ter algum tipo de influência cristã? Fonseca (2011) finaliza seu pensamento afirmando que esses valores certamente facilitaria a apreensão daquilo que se queria transmitir e reforçar, do ponto de vista da formação moral e política.

E, por fim, ao ir-se à procura da cultura do afro o que se encontra são apenas 2 menções, entre todas as variações de pesquisa aqui citadas, relacionadas à “afrodescendentes”: a primeira pode ser encontrada no material do aluno na área das competências e a segunda no material do professor.

Esse é o material na área das Ciências Humanas que é repassado para algumas escolas de Ensino Médio público brasileiro. No que tange a religião e religiosidade da cultura afro-indígena brasileira, este material contém uma pobreza conteudista muito grande, não trazendo e agregando nada de pertinente aos alunos e dificultando ainda o trabalho do professor.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que, por fim, pode-se concluir dessa análise é que os autores fizeram total descaso da cultura dos povos indígenas mesmo que a própria BNCC, o edital do PNL 2021 e a própria LDB trazem em seus textos a participação ativa dessas culturas no ensino de História do Brasil no material didático. Nechi (2011) afirma que conteúdos religiosos dos livros didáticos são percebidos precisamente pelos alunos e forneceu dados para a fundamentação da análise da influência desta aprendizagem no desenvolvimento de suas consciências históricas. Pode-se perceber a importância tanto pelo seu eixo religioso, que os alunos vão desenvolver desde cedo conhecimento de outras religiões, quanto no eixo histórico, podendo ser percebido fatores religiosos como esferas importantes no desenvolvimento da história.

Segundo a LDB o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia. Já na Lei Nº 11.645 de 2008, temos também o seguinte trecho:

O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (BRASIL, Lei nº 11.645/2008).

Uma Lei que fortalece a prática do ensino dos povos indígenas e negros no Brasil, mas que pouco se vê de fato no material didático. Ao avaliar esse conjunto de volumes observa-se claramente que se traz apenas fatos históricos e o local que esses povos atuam no Brasil de hoje. Logo cabe, infelizmente, ao professor levantar questões pertinentes aos assuntos.

Quando se analisa autores como Oliveira que se posicionam contrários tanto à Lei nº 13.415, quanto à BNCC imposta em 2018, ele afirma que enquanto a primeira serve ao projeto neoliberal da classe dominante, a segunda não apresenta alternativas propícias para melhorias educacionais. E realmente, quando se questiona a respeito disso, observa-se que esse Novo Ensino Médio apenas vem com o objetivo de formar cidadãos mais direcionados para as mudanças que ocorrem no mundo do que de fato, cidadãos que entendem seu lugar na sociedade, na sua cultura, na sua religião, deixando de lado saberes históricos e geográficos, por exemplo, que são tão importantes quanto outras ciências, mas que infelizmente com essa reforma o livro passa a abordá-los de maneira superficial, quando abordam.

Por isso, cabe ao professor criar estratégias para colocar esses alunos a par de assuntos importantes, assuntos esses que se não chegarem ao conhecimento desses jovens, estes se tornaram adultos “ignorantes” no sentido de desconhecerem com profundidade fatores históricos e culturais que fazem parte, inclusive, da história de cada cidadão brasileiro.

É necessário trazer mais diversidade de conhecimento aos alunos, mas sem pecar naquela gama de assunto que é importante para o desenvolvimento dos alunos. Trazer uma educação crítica e libertadora e uma escola que leve ciência a seus estudantes para que estes possam compreender e criticar a realidade da qual fazem parte e assim propor as mudanças necessárias para que se possa continuar com um ensino de qualidade e acessível.

REFERÊNCIAS

ANHORN, C. T. G.; MONTEIRO, A. M. F. da C. Currículo, Ensino de História e Narrativa. In: **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, 30., 2007, Caxambu. Anais... Caxambu, 2007. P. 34-35. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt12-3145-int.pdf>. Acessado em: Abr. 2023.

AZEVEDO, E. M. de. **Livro Didático: uma abordagem histórica e reflexões a respeito de seu uso em sala de aula.** Minas Gerais. 2003. Disponível em: <<https://www.unifucamp.edu.br/wp-content/uploads/2010/10/7.Ede%23U00c3%23U00adlson-Matias-de-Azevedo.pdf>>. Acessado em: Abr. 2023.

BITTENCOURT, C. F. (Org.). **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 1998. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5723270/mod_resource/content/1/BITTENCOURT%2C%20C.%20Livros%20didáticos%20entre%20textos%20e%20imagens.pdf>. Acessado em: Jan. 2023.

BITTENCOURT, C. F. (Org.). Livros didáticos entre textos e imagens. **O saber histórico na sala de aula.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

BITTENCOURT, C. F. Estudos avançados. **Reflexões sobre o ensino de História.** 32. ed. São Paulo: p. 127 - 128, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/152562/149061>>. Acessado em: Jan. 2023.

BLOCH, M. **Apologia da história, ou, O ofício do Historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

BOULOS JÚNIOR, A.; ADÃO, E.; FURQUIM JR, L. **#Ciências Humanas: ética, culturas e direitos.** 2020. Disponível em:<<https://s3.amazonaws.com/pnld.ftd.com.br/wp-content/uploads/2021/08/06154747/0214P21204137-LEB-CIENCIAS-HUMANAS-BOULOS-V5-MANUAL-001-288-PNLD2021.pdf>>. Acessado em: Jan. 2023.

BOULOS JÚNIOR, A.; ADÃO, E.; FURQUIM JR, L. **#Ciências Humanas: globalização, tempo e espaço.** 2020. Disponível em:<<https://s3.amazonaws.com/pnld.ftd.com.br/wp-content/uploads/2021/08/06154756/0214P21204133-LEB-CIENCIAS-HUMANAS-BOULOS-V1-MANUAL-001-288-PNLD-2021.pdf>>. Acessado em: Jan. 2023.

BOULOS JÚNIOR, A.; ADÃO, E.; FURQUIM JR, L. **#Ciências Humanas: política, conflitos e cidadania.** 2020. Disponível em:< <https://s3.amazonaws.com/pnld.ftd.com.br/wp-content/uploads/2021/08/06154824/0214P21204138-LEB-CIENCIAS-HUMANAS-BOULOS-V6-MANUAL-001-288-PNLD-2021.pdf>>. Acessado em: Jan. 2023.

BOULOS JÚNIOR, A.; ADÃO, E.; FURQUIM JR, L. **#Ciências Humanas: populações, territórios e fronteiras.** 2020. Disponível em:< <https://s3.amazonaws.com/pnld.ftd.com.br/wp-content/uploads/2021/08/06154806/0214P21204134-LEB-CIENCIAS-HUMANAS-BOULOS-V2-MANUAL-001-288-PNLD-2021.pdf>>. Acessado em: Jan. 2023.

BOULOS JÚNIOR, A.; ADÃO, E.; FURQUIM JR, L. **#Ciências Humanas: trabalho, tecnologia e desigualdade.** 2020. Disponível em:< <https://s3.amazonaws.com/pnld.ftd.com.br/wp-content/uploads/2021/08/06154815/0214P21204136-LEB-CIENCIAS-HUMANAS-BOULOS-V4-MANUAL-001-288-PNLD2021.pdf>>. Acessado em: Jan. 2023.

BOULOS JÚNIOR, A.; ADÃO, E.; FURQUIM JR, L. **#Ciências Humanas: sociedade, natureza e sustentabilidade.** 2020. Disponível em:<

<https://s3.amazonaws.com/pnld.ftd.com.br/wp-content/uploads/2021/08/06154833/0214P21204135-LEB-CIENCIAS-HUMANAS-BOULOS-V3-MANUAL-001-288-PNLD-2021-2.pdf>>. Acessado em: Jan. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB. 9394/1996. BRASIL.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018, p. 5.

BRASIL. Ministério da Educação. **Novo Ensino Médio: perguntas e respostas**. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>>. Acessado em: Jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018, p. 468.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001c.

CORTELLA, M. S. **Entrevista concedida ao Programa Entre o Céu e a Terra**, no 16 dez. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ryvDjk7ylmU>>. Entrevista transcrita no site Dolores Bordignon. Disponível em: <<https://doloresbordignon.com.br/entrevista-mario-sergio-cortella-nao-adie-seu-encontro-com-a-espiritualidade/>>. Acessado em: Abr. 2023.

CUNHA, A. V. C. S. da. O espiritismo nos livros didáticos de história: a diversidade religiosa em questão. **Religare**. Rio Grande do Norte, v. 14, nº 1, p. 131-162, p. 40-78, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/religare/article/view/35173/18923>. Acessado em: Fev. 2023.

CUSTÓDIO, E. S.; JUNQUEIRA, S. R. A. **A cultura afro-indígena em propostas do ensino religioso**. São Leopoldo. Identidade! 2019. Disponível em: <<https://www.semanticscholar.org/paper/A-CULTURA-AFRO-INDÍGENA-EM-PROPOSTAS-DO-ENSINO-Custódio-Junqueira/c0ccbdb59b9a10e48156d3634225b762639a18f8>>. Acessado em: Mar. 2023.

FONSECA, T. N. de L. **História e Ensino de História**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 71-72.

FURET, F. **A oficina da História**. Trad. Adriano D. Rodrigues. Lisboa: Gradiva, 1986.

GARIN, E. **L'éducation de l'homme moderne**. La pédagogie de la Renaissance (1400-1600). Paris: Fayard, 1968.

GINZBURG, C. Controlando a Evidência: o juiz e o historiador. In: NOVAIS, F. A.; SILVA, R. F. **Nova História Em Perspectiva**. vol. 1. ed. 1. Cosac & Naify. p. 343. 2011.

GIUMBELLI, E. A religião nos limites da simples educação: notas sobre livros didáticos e orientações curriculares de ensino religioso. **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, v. 53, nº 1, 20. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27345/29117>>. Acessado em: Mar. 2023.

GONÇALVES, R. da S. **As perspectivas propostas pela BNCC para o ensino de língua portuguesa**: uma análise do PNLD 2021. Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. p. 16. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/19841/1/RODRIGO%20DA%20SILVA%20GONCALVES_versão%20final.pdf>. Acessado em: Mar. 2023.

MONTEIRO, A. M. (Org.). **Pesquisa em ensino de História: entre desafios epistemológicos e apostas políticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

NECHI, L. P. Religião no livro didático de História: estudo exploratório. In: **X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE**. 2011, CURITIBA. Disponível em: <<https://lapeduh.files.wordpress.com/2014/10/2011-lucas-pydd-nechi.pdf>>. Acessado em: Mar. 2023.

OLIVEIRA, J. P. T. de. **A eficiência e/ou ineficiência do livro didático no processo de ensino-aprendizagem**. CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLITICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 4, 2014. Anais ... Porto: Anpae, 2014. Disponível em:<https://anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT4/GT4_Comunicacao/JoaoPauloTeixeirad eOliveira_GT4_integral.pdf>. Acessado em: Mar. 2023.

ROCHA, M. P. F. da. **O Ensino Religioso na Escola Pública Brasileira: relação entre o conhecimento religioso e a escola**. Volta Redonda, RJ: Revista Valore, 2016. Disponível em: <<https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/19/5>>. Acessado em: Fev. 2023.

SMEDEUCAÇÃO. **Livros didáticos: como escolher e qual a sua importância**. Smeducacao. São Paulo. 1 p. Disponível em: <<https://www.smeducacao.com.br/livros-didaticos-como-escolher-e-qual-a-sua-importancia/>>. Acessado em: Fev. 2023.

SILVA, M da C. Investigação em Educação Histórica: análises da temática religião em textos didáticos de História. n. 45. Curitiba. **Educar em Revista**, 2012, p. 263. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/3yrjbnvVsFLTzZnNvNL5wyN/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em: Abr. 2023.

VESENTINI, J. W. A questão do livro didático no ensino da Geografia: Novos caminhos da Geografia In: CARLOS, A. F. A (Org.). **Caminhos da Geografia**. 5.ed., 1ª reimpressão- São Paulo: Contexto, 2007. Disponível em: <https://www.agb.org.br/wp-content/uploads/2018/04/TL_N02.pdf>. Acessado em: Abr. 2023.